

ISSN 0104-1886

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
CADERNOS DO I.L.
Nº 21 - 22

DEZEMBRO DE 1999



Impresso em abril de 2002

UFRGS
BIBLIOTECA SETORIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

alguns cliques e – para os que podem – o mundo é um livro aberto. Não devemos contudo esquecer uma sábia advertência do geógrafo Milton Santos que diz: “O pensamento deve ter seu próprio ritmo, que não é o ritmo da produção material. A Internet, como toda técnica, é um instrumento, não é o conteúdo. Não podemos confundir a máquina com a produção de idéias. Produzir idéias exige calma”.

Nestes 60 anos, a Itália, que sempre foi o país da emigração, tornou-se um país imigratório. Assistiu-se ao retorno em massa de italianos no exterior e ao afluxo de trabalhadores provenientes de zonas menos desenvolvidas. Estes últimos vivenciam atualmente condições econômicas e sociais semelhantes àquelas enfrentadas no passado pelos trabalhadores italianos nos países de imigração.

Essa inversão deve-se, sobretudo, a dois fatores: de um lado, o envelhecimento da população italiana e a conseqüente necessidade de mão-de-obra jovem. Fala-se, de fato, de uma Itália *dai capelli bianchi*. De outro lado, o desenvolvimento econômico e o prestígio que a Itália conquistou, passando a ser considerada um país de inúmeras possibilidades, assim como outros países da Europa e a América do Norte.

No que diz respeito ao Brasil, a procura sempre crescente da dupla cidadania, com a esperança de encontrar lá fora *una terra del benessere*, nem sempre se concretiza. A Itália – *il Paese della speranza* – possui um elevado índice de desocupação, principalmente de jovens com título universitário. A possibilidade de escolha é limitada, e muitos são obrigados a aceitar um trabalho mais modesto daquele que poderiam realizar em seu próprio país.

Por que então, ao invés de abandonar o país, não prosseguir o longo caminho traçado pelos antigos imigrantes, que aqui ficaram porque acreditaram no Brasil? Por que então – na esteira dos crescentes intercâmbios econômicos e culturais entre Brasil e Itália – as nossas universidades do Rio Grande do Sul, erguidas em boa parte pelos sonhos dos antigos imigrantes, não implantam cursos regulares para formar professores e tradutores de italiano efetivamente qualificados, profissionais enfim que poderiam aplicar, multiplicar e espriar seus conhecimentos?

Reflexões a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais-Língua Estrangeira¹

Marília dos Santos Lima²

RESUMO: Este texto apresenta algumas reflexões sobre o ensino da língua estrangeira (LE) a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Essas considerações refletem também as opiniões de alguns professores de escola pública e particular, bem como de professores universitários engajados em cursos de Prática de Ensino, com quem tive a oportunidade de interagir em encontros recentes. Em vários encontros com os professores, foram tratados aspectos polêmicos que permeiam nossa realidade e fazem parte de algumas de nossas inquietações.

Primeiramente, cabe aqui salientar a relevância do documento que serve como referência para considerações e decisões relativas ao ensino de LE no Brasil. Embora a proposta contemple diretamente o terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental, há muitas questões relevantes também para o ensino médio.

O documento enfatiza a importância da LE na construção da cidadania, apontando para o seu papel educacional como contribuição para o desenvolvimento integral do indivíduo. Neste sentido, aprender uma LE é ir além da aquisição de um conjunto de habilidades lingüísticas. Além de desenvolver uma maior consciência do funcionamento da língua materna, a LE pode proporcionar uma nova e mais rica percepção da natureza da linguagem e de seu funcionamento na comunicação. A percepção de diferenças culturais é também um fator positivo, não só pelo novo conhecimento que o aluno adquire da língua do outro, mas também pela possibilidade de perceber e analisar mais claramente e, sobretudo, valorizar aspectos da própria cultura. Acrescente-se a isso o fato de que a LE pode ter um caráter de

¹ Texto apresentado na Mesa Redonda sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais no Congresso de Lingüística Aplicada, realizado pela ALAB (Associação de Lingüística Aplicada do Brasil) e Departamento de Línguas Modernas do Instituto de Letras da UFRGS, de 30 de agosto a 03 de setembro de 1998, em Porto Alegre.

² Professora do Departamento de Línguas Modernas do Instituto de Letras da UFRGS.

contribuição interdisciplinar, pois pode conjugar conhecimentos com outras disciplinas com conteúdos significativos para os alunos, viabilizando na escola uma 'relação entre a língua estrangeira e o mundo social'.

Observa-se uma linha teórica explícita no documento. Há duas questões que integram a base teórica da proposta: uma visão sociointeracional da linguagem e uma visão sociointeracional da aprendizagem. Na visão sociointeracional da linguagem, os indivíduos, ao se engajarem no discurso, 'consideram aqueles a quem se dirigem ou quem se dirigiu a eles na construção do significado'. Para isso, o indivíduo necessita de conhecimento sistêmico (aspectos léxico-semânticos, morfológicos, sintáticos e fonético-fonológicos); de mundo e de organização textual. Na proposta, são considerados três tipos básicos de textos: narrativos, descritivos e argumentativos). Esses conhecimentos constituem a competência comunicativa do aluno, que é essencial para seu engajamento discursivo.

Quanto à visão sociointeracional da aprendizagem, considera-se a relevância de, na sala de aula, dar-se voz ao aluno, e não manter a assimetria tradicional, onde apenas o professor é aquele que tem voz e todo o poder de escolha e de decisão. É enfatizado o processo de construção de significados, construídos pelos participantes do mundo social, ou seja, atuando como leitores, escritores, ouvintes e falantes. Enfatizo aqui também a atuação do professor e alunos nestes papéis, isto é, como leitores, escritores, ouvintes e falantes.

Os temas centrais da proposta para a inclusão da LE no terceiro e quarto ciclos são 'a cidadania, a consciência crítica em relação à linguagem e os aspectos sociopolíticos da aprendizagem de Línguas Estrangeiras', que se articulam, consistentemente, aos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Uma questão crucial abordada no documento refere-se aos critérios para a inclusão de LE no currículo. Qual LE deve ser incluída? São apontados três fatores. Primeiramente, o *fator histórico* relacionado ao papel hegemônico de uma língua nas relações internacionais, como é o caso do inglês. Este fator é também ilustrado no documento por uma menção ao espanhol, que está se salientando neste momento, no Brasil, pelas relações com o Mercosul. O segundo fator, de cunho *afetivo, cultural e de parentesco*, relaciona-se às comunidades locais de indígenas e imigrantes. O terceiro fator refere-se à *tradição*, como é o caso da língua francesa no Brasil nas trocas culturais.

Quero destacar aqui um aspecto do documento que, entre outros, necessitam de maior discussão. Um deles é relativo à possibilidade de ênfase a uma das quatro habilidades, a leitura, que centralizaria a ação pedagógica. Com relação a este ponto, cito o trecho que segue, que é parte da apresentação da proposta:

Deve-se considerar também o fato de que as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras (carga horária reduzida, classes superlotadas, pouco domínio das habilidades orais por parte da maioria

dos professores, material didático reduzido a giz e livro didático, etc.) podem inviabilizar o ensino das quatro habilidades comunicativas. Assim, o foco na leitura pode ser justificado pela função social das línguas estrangeiras no país e também pelos objetivos realizáveis tendo em vista as condições existentes. (p. 21)

No entanto, o documento reconhece que, dependendo das condições, outras habilidades possam ser desenvolvidas:

Isso não quer dizer, contudo, que dependendo das condições, os objetivos não possam incluir outras habilidades, tais como compreensão oral e produção oral e escrita. Importa, sobretudo, formular e implementar objetivos justificáveis socialmente, realizáveis nas condições existentes na escola, e que garantam o engajamento discursivo através de uma língua estrangeira. Portanto, o foco na leitura não é interpretado aqui como alternativa mais fácil e nem deve comprometer decisões futuras de se envolver outras habilidades comunicativas. (p.21)

Aproveitando o valor indiscutível do conteúdo da citação acima, quero defender aqui o ponto de vista de que os alunos, não apenas o de terceiro e quarto ciclos, mas todos os alunos de escolas públicas e privadas, têm o direito como cidadãos à oportunidade de aprender uma LE em sua forma plena, ou seja, as quatro habilidades. É preciso que lhes sejam dadas oportunidades iguais, na escola pública ou fora dela. É preciso ter cuidado com a pressuposição de que o aluno da escola pública, em especial, não precisa ou não está interessado nas habilidades orais porque nunca vai usá-las.

Reforçando este ponto de vista, em sua perspectiva pragmática, o documento reafirma o papel das LEs na rápida informatização da sociedade em que vivemos e salienta a necessidade de capacitarmos os indivíduos a terem acesso ao mundo do trabalho:

Para ser um participante atuante é preciso ser capaz de se comunicar. E ser capaz de se comunicar não apenas na língua materna, mas também em uma ou mais línguas estrangeiras. O desenvolvimento de habilidades comunicativas, em mais de uma língua, é fundamental para o acesso à sociedade da informação. Para que as pessoas tenham acesso mais igualitário ao mundo acadêmico, ao mundo dos negócios e ao mundo da tecnologia, etc., é indispensável que o ensino de Línguas Estrangeiras seja entendido e concretizado como o ensino que oferece instrumentos indispensáveis de trabalho. (p.38)

O documento é apresentado como não dogmático, pois objetiva servir como fonte de reflexão e, com certeza, cumpre o papel a que se propõe. No

entanto, ele é o documento de referência para tomada de decisões sobre o ensino da LE. Preocupa-me, sobremaneira, o uso que poderá ser feito desta proposta, conforme a leitura que alguns preferirão fazer. Isto é, que a leitura seja adotada, prioritariamente, porque não serão feitos os esforços necessários para que as demais habilidades sejam oferecidas.

Professores do ensino fundamental e médio, participantes de encontros recentes, apontam a pobre qualidade de ensino como a causa do aparente desinteresse ou descaso dos alunos para com a aprendizagem da LE em qualquer manifestação. Quando a LE for apresentada de forma significativa para eles, eles aprenderão. A frustração a cada semestre com aulas repetitivas e que não estimulam a vontade de aprender é o obstáculo maior para a aprendizagem da LE em geral.

Para situações específicas, a curto prazo, talvez a leitura preencha as necessidades dos alunos de algumas escolas e regiões, mas, como sugere o próprio documento, outras habilidades podem e eu creio que devem ser incluídas a médio e longo prazo.

É claro que reconhecemos os problemas e dificuldades que enfrentamos nas escolas para o desenvolvimento de nosso trabalho. Porém, o reconhecimento das limitações e dificuldades não é suficiente. É preciso sanar os problemas. Entre essas questões problemáticas está a questão da formação de professores. E relacionada à formação e educação continuada dos professores está a autonomia que se pretende dar aos nossos alunos. Na abordagem proposta, exige-se, hoje, muito mais do aluno com a introdução de atividades que demandam que ele se envolva verdadeiramente com o seu trabalho. Sob essa perspectiva, o papel tradicional do professor de LE precisa ser reavaliado já que não é o único a tomar decisões sobre o trabalho. É importante que o aluno aprenda a aprender e utilize variadas estratégias de aprendizagem aplicáveis às diferentes atividades de sala de aula. Lemos na proposta que, além de diagnosticarmos de início os conhecimentos que os alunos trazem, é importante estimular os alunos a trabalharem com autonomia para que possam identificar possibilidades e dificuldades de aprendizagem.

Para que o professor possa auxiliar seus alunos adequadamente, é preciso lutar pela melhoria das condições de trabalho, ensino e aprendizagem e pela melhoria da formação e treinamento de professores.

É preciso integrar efetivamente o trabalho de pesquisa que é desenvolvido na universidade, tanto em nível docente como discente, para que os resultados observados e benefícios alcançados possam atingir mais rapidamente o trabalho da graduação e especialização e para que formemos profissionais do ensino de LE bem preparados para um mercado que se propõe a ser cada vez mais seletivo. Precisamos ir além do círculo universitário. Dessa forma, estaremos contribuindo para que os professores possam reivindicar e

para que não haja acomodação a uma oferta de ensino limitadora e inadequada.

Sabemos que a legislação (LDB) não será suficiente para a garantia de um ensino de qualidade nas escolas. Precisamos lutar, e muito, para isso. Isso é parte da luta por respeito, reconhecimento da importância cognitiva da LE, de seu papel social. É preciso garantir espaço físico e aumento de carga horária nas escolas, além da conscientização e reconhecimento de que o professor de LE é, antes de tudo, um educador que precisa se preocupar em educar para a cidadania. Isso implica dar aos alunos oportunidades iguais de aprendizagem da LE de forma plena.

Para isso, o professor precisa de formação crítica, o que, em última análise, poderá assegurar uma formação em LE de caráter sadio para o nosso aluno sem o perigo excessivo em nível de pressão ideológica.

A partir das contribuições dos professores que participaram de encontros recentes, apresento algumas generalizações que devem ser combatidas ou, pelo menos, investigadas quanto à sua veracidade no contexto onde são feitas:

- (1) Os alunos não gostam de falar língua estrangeira.
- (2) Os alunos necessitam aprender apenas leitura em língua estrangeira.
- (3) Alunos em turmas grandes não conseguem aprender língua estrangeira.
- (4) É impossível termos uma boa interação em turmas numerosas.
- (5) Os alunos não estão preparados e, portanto, não aceitarão trabalhar de forma interativa.
- (6) Não temos recursos adequados para ensinar língua estrangeira, portanto, vamos limitar o ensino a esses recursos.
- (7) Todos os livros nacionais de língua estrangeira são ruins.
- (8) Os alunos não sabem o que querem e, portanto, não podem participar das decisões quanto a conteúdo, técnicas e tarefas.
- (9) A maioria dos professores do ensino fundamental e médio não tem competência para ensinar língua estrangeira adequadamente.
- (10) Não é necessário ensinar língua estrangeira para alunos de periferia.

Muitas dessas afirmações certamente não são justificáveis. Algumas refletem a situação precária do ensino de LE no país. Mas, na verdade, essas questões constituem o grande desafio que gostaríamos e precisamos enfrentar. Vencer este desafio é fundamental para que consigamos alcançar o objetivo maior de nossa docência, ou seja, chegarmos ao ensino pleno da LE. Isto garantirá ao nosso aluno, especialmente os da escola pública, as mesmas chances de desenvolvimento para a cidadania.

Reafirmo aqui a necessidade de planejar e desenvolver programas efetivos de treinamento de profissionais do ensino fundamental e médio, principalmente no que tange à conscientização destes profissionais para as questões teóricas e práticas de aquisição de línguas estrangeiras em contexto educacional. E, sobretudo,

aproveitar as experiências desses profissionais que são os verdadeiros conhecedores da realidade com que lidam e que têm muitas experiências pedagógicas positivas e que devem ser divulgadas e compartilhadas por outros profissionais da área.

Para finalizar, quero sugerir que o estudo dos Parâmetros Curriculares Nacionais-Língua Estrangeira seja incluído nos cursos de treinamento e formação de professores, não apenas por ser um documento essencial, mas especialmente por sua relevância teórica e coerentes sugestões pedagógicas.

BIBLIOGRAFIA

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TERCEIRO E QUARTO CICLOS DO ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA ESTRANGEIRA, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO – Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

Das categorias analíticas do texto

Nayr Tesser*

Abstract: The present article is the outcome of the reflections about the course on text study which is part of the 5th semester syllabus of the Department of Letters of the Institute of Letters of the Federal University of Rio Grande do Sul. The purpose of this article is to help the access to the study of the text by offering a definition of the analytical categories, their choice and use.

Nada é tão poderoso quanto o silêncio. E, se não tivéssemos nascido no coração da palavra, ele não teria sido quebrado (Rainer Maria Rilke).

Saberíamos nós, neste momento, responder às perguntas que fazíamos no final da década de 70: que sociedade é essa, que alunos são os nossos e que tipo de educação queremos.

Como orquestrar essas indagações com o cotidiano do trabalho universitário, no qual apesar das instâncias de representação, da intensidade do fluxo de informações e dos murais repletos, parece que sempre estamos nos reconhecendo e tentando nos encontrar. Se perguntássemos a cada colega qual sua definição a respeito do tripé pesquisa, extensão e ensino, é quase certo que as respostas seriam as mais variadas e mesmo que houvesse concepções semelhantes, não conseguiríamos decodificá-las, pois o jargão de cada área dificultaria a leitura e, conseqüentemente, a compreensão devida. Isto na hipótese de todos terem uma opinião formada sobre pesquisa, extensão, ensino.

Contudo, na hipótese, possivelmente remota, de que não a tivessem e levando-se em conta a suposição já cristalizada de que quem está na universidade deve saber das coisas, eu não perguntaria ao colega o que pensa de pesquisa, extensão e ensino, pois, ao perguntar, revelaria minha ignorância; e, em sendo assim, ele não saberá o que sei, nem eu saberei o que ele sabe e nós dois não sabemos se o que sabemos é o que devemos saber nem tão pouco o que os demais

* Professora Adjunta do Setor de Língua Portuguesa do DECLAVE-IL/UFRGS